

## **Animais mais iguais do que outros**

*O Brasil não deve arranhar a porta dos foros de países ricos*

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

Michel Camdessus, do Fundo Monetário Internacional, apresentou proposta recentemente no G8 para que sejam criados mecanismos que viabilizem contatos regulares entre os membros do G8 e os 16 demais países que detêm assentos nos conselhos do próprio Fundo e do Banco Mundial. A proposta suscita reflexões quanto à posição brasileira sobre a participação em diversos foros internacionais de composição não universal. A ideia de Camdessus evita a espinhosa questão da composição do G8 e limita a agenda destas reuniões do G8 + 16 a questões econômicas e financeiras. O objetivo seria dissipar o atual “mal-estar” pós-crise asiática e “acelerar a adoção de políticas integradas como resposta aos desafios da economia globalizada”, incluindo vários dos principais mercados financeiros emergentes neste recauchutado G24 de chefes de Estado.

A sátira orwelliana de *A Revolução dos Bichos*, embora imaginada originalmente como crítica ao comunismo, aplica-se perfeitamente à composição de muitos dos foros econômicos e políticos internacionais da atualidade. Em vez de animais “mais iguais do que outros”, são alguns países que são “mais iguais do que outros”. As limitações de composição do G8 como foro político e econômico são óbvias. A presença dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, com base em critérios econômicos ou políticos, é indiscutível. O lugar da Rússia é garantido pela importância de seu arsenal nuclear, mesmo que em adiantado estado de decomposição, ou até por causa da velocidade de sua decomposição. Mas a permanência de um segundo grupo de países – Reino Unido, França, Itália e Canadá – deve-se fundamentalmente à inércia. Reino Unido e França foram potências de primeira classe, Itália e Canadá foram incluídos fundamentalmente com base na lógica regional do pós-guerra. Mas o artificialismo destes critérios tende a agravar-se à medida que economias de países, tais como a China, Brasil e Coreia, cresçam mais rapidamente que as dos países maduros, muitos dos quais com população estagnada. A economia brasileira, de acordo com os dados do Banco Mundial sobre PIB corrigido pela paridade do poder de compra, é maior do que a economia canadense e, a menos que haja resultados muito insatisfatórios nos próximos três a cinco anos, deverá igualar-se às três economias médias europeias ou superá-las.

O Brasil tem visto seu peso político aumentar substancialmente após estabilizar sua moeda, adotar um amplo programa de reformas e voltar a crescer. Tomou-se factível adotar política externa mais ativa e considerar a extensão da atuação brasileira a foros de composição seletiva. Certamente interessa ao Brasil participar de forma permanente do G8 ampliado, mas não há razão para aceitar permanentemente as restrições implícitas na proposta de Camdessus. A proposta Camdessus esvazia a discussão séria da ampliação do G8, pois tende a ser apoiada por países emergentes de menor porte que não teriam possibilidade de integrar-se de forma permanente ao grupo. Em certo sentido, as dificuldades de ampliação do G8 são aparentadas às relacionadas ao aumento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas são potencializadas pelo fato de a ampliação ser decidida pelos atuais integrantes do G8, e não pela Assembleia-Geral das Nações Unidas. Além disso, dado que a

ampliação do Conselho de Segurança foi suscitada pela crescentemente ridícula exclusão da Alemanha e do Japão do Conselho de Segurança, seria, em princípio, mais difícil fazer uma expansão restrita e excluir alguns dos países em desenvolvimento de maior expressão política e/ou econômica, tais como o Brasil e a Índia.

Pleitear a entrada em tais foros em geral envolve o pagamento de um preço em termos de aceitação de condicionalidades que podem ser desinteressantes por envolverem rápida harmonização das políticas domésticas em relação às políticas adotadas nos países desenvolvidos. A entrada do México e da Coréia do Sul na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a profunda crise que se seguiu nos dois países, logo após a concessão do *visto bueno* da organização, fazem meditar a respeito da prioridade de tais pedidos de admissão na agenda da diplomacia econômica brasileira. A melhor estratégia para o Brasil não parece ser arranhar a porta dos foros econômicos e políticos, pleiteando ativamente a entrada com base na defesa de seus novos atributos. Melhor seria uma estratégia defensiva, cuidando para que eventuais ampliações da representação das economias em desenvolvimento não sejam feitas em detrimento dos interesses brasileiros. Para isso provavelmente será necessário moderar o receio brasileiro de contrariar Buenos Aires. A assimetria econômica entre as duas principais economias do Mercosul tem seus corolários políticos. O ressentimento argentino em relação a uma possível posição de destaque do Brasil não parece ser razão suficientemente forte para que o Brasil abdique de posições que decorrem naturalmente de sua projeção econômica e política em um mundo globalizado.

Se forem levadas em conta, além do tamanho da economia, as dimensões territoriais do País, sua população e – para o bem ou para o mal – sua posição única no quadro ambiental parece inevitável em horizonte de médio prazo que a composição do atual G8, e de outros foros restritos, reflitam esses fatos. O sucesso no programa de estabilização e de reformas econômicas, somado à redução das desigualdades sociais, será um importante trunfo brasileiro para viabilizar o ingresso natural nestes foros.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.